

Milhares de fotos, principalmente da construção de Brasília, serão digitalizadas no trabalho por pessoas com deficiência, como esta imagem da Esplanada, com ministérios ainda no esqueleto

História e cidadania *lado a lado*

Digitalização de documentos do Arquivo Público do DF revela imagens pouco conhecidas do início da capital federal e ainda ajuda na inclusão de pessoas com deficiência que atuam no processo. São 120 pessoas chamadas para o trabalho

» ANA POMPEU

Um acervo gigantesco que ocupa estantes e mais estantes, em breve estará a poucos cliques de qualquer interessado. O Arquivo Público do DF passa por processo de digitalização de todo o material sob seu cuidado. O trabalho demanda paciência, cuidado, atenção. Para a execução, 120 pessoas revezam-se em dois turnos para completar todas as etapas. Todos têm algum tipo de deficiência, a maioria auditiva, alguns física e um deles, intelectual.

Apesar de a digitalização de um documento parecer simples hoje em dia, fazê-lo com milhares de papéis, de diferentes tamanhos, idades e cores, amplifica a dificuldade do trabalho várias vezes. No primeiro momento, é preciso fazer a higienização de tudo. Página a página, toda a poeira, bem como qualquer objeto metálico — cliques, grampos —, deve ser retirada.

Em seguida, é feita a identificação do material. Data, origem, assunto e toda informação relevante são colocados no que os técnicos chamam “camisa”. Partem, então, para os escâneres. E o processo não termina aí. Para que seja possível encontrá-lo em um gigantesco banco de dados, o arquivo precisa ser indexado, como uma espécie de assinatura digital. Todas as etapas passam por conferência. Qualquer erro obriga o pacote da vez voltar à fase anterior.

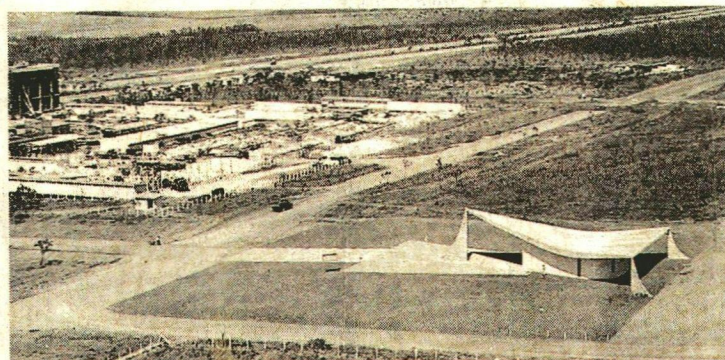
Mais do que executar tarefas, a equipe tem a chance de ter contato direto com documentos históricos. “Tem muita informação que passa por esse acervo. Muita coisa interessante. A gente aprende com tudo isso”, afirma Núbia Fernanda Laismann, 19 anos, com auxílio do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) Roger Rafael Opazo. Os dois são da Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe), instituição contratada para o serviço no Arquivo Público. Antes, Núbia havia trabalhado no arquivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “Era diferente. Lá, os documentos são atuais, o trabalho é mais fácil, rápido. Aqui, são antigos, fracos, delicados”, compara.

No momento da reportagem, o grupo de Núbia manuseava papéis da Secretaria de Segurança Pública. “Eles já encontraram arquivos do período da ditadura militar ou referências ao Wagner Canhedo: em 1971, havia investigações sobre ele”, exemplifica Roger, referindo-se, no segundo caso, ao empresário do ramo de transportes. Enquanto alguns dos jovens se interessam pelo conteúdo do material analisado, outros valorizam outra questão. “Gosto mesmo é da parte de informática. Tenho vários cursos e certificados na área”, conta Danilo Oliveira de Sousa, 26 anos. Apesar da preferência, ele tem domínio sobre todas as etapas. No futuro, pretende fazer uma graduação e prestar concurso público.

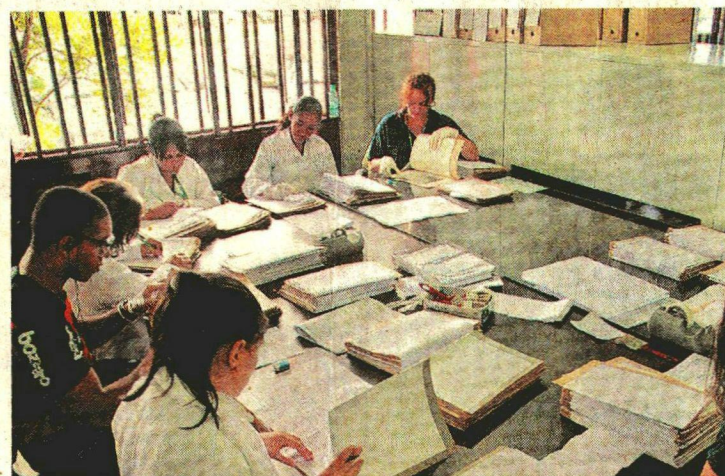
Samila Karen da Silva Ramos, 24 anos, está na empresa desde 2009. Ela encara o trabalho como uma oportunidade. “É tranquilo e leve”, sinaliza. Com surdez profunda, ela aproveita para ressaltar que o preconceito com os deficientes permanece elevado. “As pessoas acham que não temos condições. Ou nos dão tarefas menores.” Ela usa um aparelho que a permite entender sozinho o que as outras pessoas dizem. Ainda assim, antes, foi excluída de reuniões em empresas



Comércio que atendia os pioneiros em avenida do Núcleo Bandeirante



A igreja Nossa Senhora de Fátima, a Igrejinha, quase sozinha na Asa Sul



Equipe divide-se em dois turnos para dar conta da digitalização

Inclusão social

Criada no Distrito Federal no ano de 1990, a organização tem como objetivo promover a inclusão social da pessoa com deficiência pelo esporte, com atividades planejadas, contínuas e gratuitas, por meio da capacitação e inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Financiamento

A Biblioteca é uma parceria entre três órgãos. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação é responsável pela coordenação; o Arquivo Público cuida da parte de conteúdo, além de ser o primeiro a ter o acervo digitalizado; e a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP-DF) está financiando o projeto.

e colocada para realizar tarefas simples demais.

Pelo mesmo motivo, Júlio César Souza Sene, 20 anos, se sente em casa no Arquivo público. Ele trabalha com reposição de caixas. É um dos poucos com acesso livre às estantes dos documentos. “Eu consigo ajudar outros surdos, consigo me comunicar com todo mundo, mesmo com alguns ouvintes”, anima-se. Em outro emprego, ele foi demitido por não se fazer entender e não compreender o que lhe diziam. Afinal, foi contratado sem que existisse um intérprete no local. “Aqui, os surdos ficam unidos e eu vejo uma possibilidade de futuro melhor”, diz Júlio. Pelas cinco horas diárias trabalhadas, eles recebem R\$ 1.400, mais que o dobro que a média salarial anterior do grupo. O contrato vai até novembro deste ano.

Democratização

A digitalização do acervo teve início em 2011. Este ano, com o projeto **Biblioteca Digital**, ele foi impulsionado. “O principal objetivo é democratizar o acesso ao acervo, de forma pública e gratuita. Temos documentos que o brasileiro não imagina existirem”, afirma o superintendente do Arquivo Público, Gustavo Chauvet. Ele explica que o órgão mantém projetos distintos da biblioteca. “Teremos um site com grande parte dos arquivos em português, inglês e espanhol, para que os turistas da Copa também possam conhecer melhor a cidade”, explica.

A partir de março deste ano, o arquivo inicia as comemorações de aniversário de 30 anos, que serão completados em 2015. A ideia é dar início à agenda com a digitalização do acervo. Coordenador do Arquivo Histórico, Wilson Vieira Júnior empolga-se com a previsão. “Brasília vai descobrir o ouro que o arquivo tem”, diz. De acordo com ele, normalmente as pesquisas no local pedem imagens da época da construção ou plantas e cartas topográficas dos estudos anteriores à vinda da capital para o Planalto Central. “Temos dados de toda a história da saúde e da educação, por exemplo”, conta.

A equipe também retomou contato com casas de memória de outras regiões para resgatar informações de interesse para o Distrito Federal. Depois de quatro anos de negociação, eles conseguiram acesso aos documentos da Casa Altamiro de Moura, em Goiânia, por exemplo. De 2011 para cá, o Arquivo Público tem 100 mil novos arquivos, já digitalizados, resultado dessas buscas. “Estamos criando uma rede de memória”, completa Wilson.